

<b>Ata de Reunião</b>	<b>Videoconferência</b>
<b>Assunto: 28ª Reunião do Comitê Gestor de Eficiência Energética - CGEE</b>	<b>Data: 13/03/2023</b>

**PARTICIPANTES:**

<b>NOME</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>E-MAIL</b>
Gustavo Santos Masili	MME	gustavo.masili@mme.gov.br
Samira Sana F. de Sousa Carmo	MME	samira.sousa@mme.gov.br
Alexandra Albuquerque Maciel	MME	alexandra.maciell@mme.gov.br
William de Oliveira Medeiros	MME	william.medeiros@mme.gov.br
Claudir Afonso Costa	MME	claudir.costa@mme.gov.br
Eduardo Soriano Lousada	MCTI	esoriano@mcti.gov.br
Jairo José Coura	MCTI	jairo.coura@mcti.gov.br
Paulo Luciano de Carvalho	ANEEL	paulol@aneel.gov.br
Carlos Eduardo B. Firmeza de Brito	ANEEL	firmeza@aneel.gov.br
Douglas Caldas da Silva	ANEEL	douglassilva@aneel.gov.br
Juliana Tadeu	ENBPar	juliana.tadeu@enbpar.gov.br
George Alves Soares	ENBPar	george.soares@enbpar.gov.br
Alexandre de Sousa rodrigues	ENBPar	alexandre.reis@enbpar.gov.br
Myrthes Marcelle Farias Dos Santos	ENBPar	myrthes.santos@enbpar.gov.br
Luiz Felipe Lacerda	ENBPar	luiz.pacheco@enbpar.gov.br
Anna Carolina Peres Suzano e Silva	ENBPar	anna.silva@enbpar.gov.br
Marcelo Luiz Braga Maia	ENBPar	marcelo.maia@enbpar.gov.br
Vinicius Zidan da Fonseca	ENBPar	vinicius.fonseca@enbpar.gov.br
Leonardo Gaspar Barreto	ENBPar	leonardo.barreto@enbpar.gov.br
Juliana Borges de lima	CNI	juliana.falcao@cni.com.br
Davi Bomtempo	CNI	representação@cni.com.br
Lucas Malheiros	Abradee	lucas@abradee.org.br
Lindemberg Reis	Abradee	lreis@abradee.org.br
Claudia Maria Noel de Oliveira	BNDES	claudia.noel@bndes.gov.br
Alex Ribeiro Costa	BNDES	alex.costa@bndes.gov.br

**PAUTA:**

- 1. ABERTURA E APRESENTAÇÕES;**
- 2. APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 4º PAR PROCEL**
- 3. ANDAMENTO DA ELABORAÇÃO DO 5º PAR PROCEL;**
- 4. DELIBERAÇÃO SOBRE OS PROJETOS**
  - a. FUNDO GARANTIDOR DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - FGENERGIA;**
  - b. CHAMADA PÚBLICA CASA GENIAL;**
  - c. EMPRÉSTIMO COLETIVO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**
- 5. ENCERRAMENTO**

## **1. ABERTURA E APRESENTAÇÕES**

O Sr. Gustavo Masili, Diretor do Departamento de Informações, Estudos e Eficiência Energética, e substituto do Presidente do Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE, Secretário Thiago Barral, iniciou a pauta apresentando os membros das instituições representadas no CGEE. O Sr. Gustavo, então, solicitou à Sra. Samira Sousa, Coordenadora-Geral de Eficiência Energética e representante do MME no CGEE, que conduzisse o ponto de pauta seguinte.

## **2. APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 4º PAR PROCEL**

A Sra. Samira Sousa, Coordenadora-Geral de Eficiência Energética e representante do MME no CGEE, iniciou a pauta apresentando ao Comitê o relatório da Prestação de Contas do 4º Plano de Aplicação de Recursos do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – 4º PAR Procel. Informou que o período de vigência do 4º PAR foi de 09/03/22 a 08/03/23 e que o relatório da prestação de contas foi elaborado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, considerando que, no período, o Procel ainda estava sob a coordenação executiva da empresa. Mencionou também que a Prestação de Contas foi, também neste ciclo, submetida à avaliação de auditoria independente, seguindo as boas práticas adotadas desde o 1º PAR Procel. Explicou que, pelo fato de, durante o período de vigência do 4º PAR, o programa Procel ter passado por um complexo processo de transição da sua gestão, que passou da Eletrobras para a nova empresa pública Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional - ENBPar, houve atrasos consideráveis na efetiva contratação dos projetos aprovados do 4º PAR, apesar de todos os projetos terem tido seus empenhos realizados. Também registrou a ocorrência de reajuste nos valores orçados para diversos projetos, uma vez que o recolhimento de recursos das empresas distribuidoras de energia elétrica para o 4º PAR Procel ter sido consideravelmente superior ao inicialmente previsto.

A Sra. Samira destacou então os principais reajustes feitos aos orçamentos dos projetos. Entre as principais decisões, mencionou-se o aumento no orçamento da Chamada Pública do Procel Reluz, que passou de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Na área de saneamento, os recursos para o projeto da chamada pública para efficientização de sistemas de abastecimento em municípios de até 100.000 habitantes de foram aumentados de R\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil) para R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Outros projetos também tiveram reajustes significativos, como o concurso Casa Genial, a Chamada Pública “Energia Zero” para Prédios Públicos e o projeto Empréstimo Coletivo para Eficiência Energética. Informou que também foram realizados ajustes aos orçamentos de projetos estruturantes, como o Concurso de Inovação para Soluções de Eficiência Energética – Fase II, e projetos como a Implementação do Plano de Negócios da Rede Lamotriz e o projeto PBE Edifica na Prática. A Sra. Samira ressaltou que esses reajustes

foram propostos e aprovados previamente ao início do processo para contratação dos projetos. Informou que os detalhes das deliberações estavam registrados nas atas das reuniões 24ª e 25ª do CGEE. Ao final da vigência do período, o saldo na conta Procel era de R\$ 738.287.561,40 (setecentos e trinta e oito milhões duzentos e oitenta e sete mil quinhentos e sessenta e um reais e quarenta centavos).

Em seguida, a Sra. Samira apresentou as movimentações da Conta do Procel e uma conclusão da prestação de contas do 4º PAR. Destacou novamente que, no 4º PAR, os recursos previstos para todos os projetos aprovados foram devidamente comprometidos pela equipe do Procel na Eletrobras, para que pudessem estar assegurados para garantir o encaminhamento dos processos licitatórios de contratação. O aproveitamento foi de 93% em relação ao valor ajustado, comparado a 96% no terceiro ciclo, 93.6% no segundo e 66% no primeiro. Houve a devolução, na forma de crédito às distribuidoras, de R\$ 71.077.360,32 (setenta e um milhões setenta e sete mil trezentos e sessenta reais e trinta e dois centavos). A transferência do Procel da Eletrobras para a ENBPar teve implicações para a implementação dos projetos do quarto ciclo, que não foram contratados pela Eletrobras, sendo esta responsabilidade assumida pela ENBPar.

A Sra. Samira informou que, após primeira análise pelo Grupo Coordenador de Conservação de Energia Elétrica – GCCE, o relatório da Prestação de Contas e demais documentos foram encaminhados à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para a realização de consulta pública. Foi então aberta pela ANEEL a Consulta Pública nº 27/2023, que ficou aberta entre 24/08/2023 a 13/09/2023, e foi reaberta entre 09/11/2023 a 16/11/2023, pelo fato de alguns documentos auxiliares não terem sido disponibilizados no primeiro período de abertura. A Sra. Samira informou que, na primeira abertura, foram recebidas 74 contribuições, sendo que 18 delas foram consideradas válidas, e no segundo período de abertura foram recebidas 69 contribuições, tendo 18 sido consideradas válidas. O GCCE analisou cada uma das contribuições e deliberou pela aprovação das contas em reunião realizada em 21/12/2023. A deliberação do CGEE foi então formalizada pelo Despacho Decisório nº 04/2024/SNTEP, de 20 de fevereiro de 2024, o qual também formalizou a apresentação da Prestação de Contas do 4º PAR ao CGEE.

O Sr. Gustavo então abriu a palavra aos membros para dúvidas e esclarecimentos.

A Sra. Juliana Tadeu, representante da ENBPar e superintendente do Procel, informou que, durante o processo de transição do Procel da Eletrobras para a ENBPar, foi contratado um processo de asseguaração da gestão de riscos, o qual está em andamento e que, assim que estiver concluído, será apresentado aos membros.

O Sr. Carlos Eduardo Firmeza, representante da ANEEL, perguntou se as avaliações das contribuições recebidas durante a consulta pública já estavam consolidadas e documentadas, no formato indicado pela ANEEL, para encerramento da consulta pública pela agência. Perguntou também se, mesmo ainda estando em andamento o contrato para a asseguaração das contas do Procel, já poderia ser deliberada a aprovação da prestação de contas do 4º PAR.

A Sra. Juliana Tadeu esclareceu que o processo de asseguaração ainda estava em andamento, pelo fato de ter sido contratado para todos os programas de governo transferidos da Eletrobras para a ENBPar, e que ainda não estava finalizado. Propôs verificar com a empresa que está executando a asseguaração se, finalizada a avaliação específica do Procel, esta já poderia ser compartilhada com o Comitê, ou se seria necessário aguardar a finalização do contrato integral. Explicou ainda que é um processo mais abrangente que a prestação de contas específica do 4º PAR Procel, abrangendo a gestão de todos os contratos realizados pela Eletrobras no âmbito dos Programas de Governo nos últimos 5 (cinco) anos, e que segue o rito da norma de contabilidade NBC 3000.

O Sr. Carlos Firmeza agradeceu os esclarecimentos, e explicou que entendia importante conhecer o resultado do processo de asseguaração para o Comitê saber se os recursos atualmente aportados na Conta Procel são apenas recursos comprometidos com projetos em andamento ou a contratar, ou se há recursos ali referentes a projetos que planos anteriores que deixaram de ser implementados. Ressaltou que isso é importante por causa da determinação legal de que o recurso não comprometido no âmbito do Procel deve retornar ao Programa de Eficiência Energética regulado pela Aneel.

O Sr. George Soares, gerente do Procel, ressaltou que todos os projetos que têm valores empenhados no âmbito do Procel têm o compromisso de serem implementados. Apenas no caso de projetos em que se verifique a impossibilidade de implementação, a qual deve ser confirmada pelo CGEE é que o recurso é devolvido, ou ainda no caso de recursos não utilizados na implementação de algum projeto. Assim, a Prestação de Contas do 4º PAR indica todos os empenhos realizados para os projetos aprovados naquele ciclo.

O Sr. Eduardo Soriano, representante do MCTI, questionou se os projetos não prazo de implementação anual. O Sr. George esclareceu que não há definição legal nesse sentido, e que, uma vez que o recurso esteja empenhado, ou provisionado, o recurso permanece na Conta Procel.

A Sra. Juliana Tadeu esclareceu que o termo “aprovisionamento” é o correto para o comprometimento de recursos para a implementação de determinado projeto.

A Sra. Samira apresentou novamente os slides que mostravam as movimentações da Conta Procel específicas para cada ciclo anterior do PAR. Informou ainda que as análises das contribuições recebidas na Consulta Pública nº 27/2023 estavam prontas, e que o Ministério formalizaria o envio à Aneel nos dias seguintes.

Esclarecidas todas as dúvidas, o Sr. Gustavo Masili colocou a aprovação da Prestação de Contas do 4º PAR em deliberação. **O CGEE aprovou por unanimidade, sem ressalvas, a Prestação de Contas do 4º PAR.**

A Sra. Samira então explicou que, de acordo com a Lei nº 9.991, de 2000, o GCCE tem 60 dias para elaborar a proposta do 5º PAR para encaminhamento a consulta pública.

### **3. ANDAMENTO DA ELABORAÇÃO DO 5º PAR PROCEL**

A Sra. Samira apresentou ao Comitê o calendário de reuniões para elaboração do 5º PAR. Ela lembrou que ocorreu uma série de reuniões, no âmbito do Grupo Coordenador de Conservação de Energética – GCCE, para análise dos projetos submetidos por meio da Chamada de Ideias, que recebeu ideias de projetos da sociedade, e que a próxima reunião prevista seria para que o Grupo analisasse as propostas de projetos apresentadas pelos membros do GCCE. Mencionou que a expectativa era de que a proposta do 5º PAR fosse encaminhada para consulta pública até abril, e que, após o período de consulta pública, o CGEE, então avaliaria e aprovaria a proposta do 5º PAR, considerando as contribuições.

O Sr. Lindemberg Reis, representante da Abradee, questionou sobre as informações que são disponibilizadas para cada projeto, para análise pelo Comitê, considerando que parecia haver muitas diferenças entre o montante de recursos que são aprovados e o que é efetivamente executado. A Sra. Samira esclareceu que o caso do 4º PAR é atípico, pois praticamente não houve desembolsos durante a vigência do plano, por causa da transição do Programa da Eletrobras para a ENBPar. Informou que todas as informações para análise das propostas são oferecidas ao Comitê para análise, e também que, no ponto de pauta do acompanhamento de projetos, seriam apresentadas as informações sobre o andamento dos projetos, individualmente.

O Sr. Douglas Caldas, representante da Aneel, questionou se havia um relatório específico da execução de cada projeto. A Sra. Samira explicou que cada projeto era acompanhado pela ENBPar quanto aos produtos entregues, e que o Relatório de Resultados do Procel, elaborado anualmente, também trazia informações referentes aos projetos específicos. A Sra. Alexandra Maciel, representante do MME, complementou e informou que está sendo realizada a publicação de diversos resultados de projetos no Portal de Eficiência Energética do MME. A Sra. Juliana Tadeu também informou que os produtos dos projetos concluídos estão sendo disponibilizados no Portal Procel Info.

O Sr. Paulo Luciano de Carvalho, representante da Aneel, questionou quando seriam concluídos os projetos do 4º PAR que tiveram recursos empenhados, mas ainda não realizados. O Sr. Douglas complementou que seria importante ter uma forma de acompanhar a implementação do projeto, ou ser produzido um relatório com informações sobre a execução de cada projeto. O Sr. Paulo Luciano sugeriu que, no momento em que se concretize o encerramento de todos os projetos de um PAR, que fosse produzido um relatório com o sumário executivo de todos os projetos implementados.

O Sr. George informou que cada projeto tem um instrumento jurídico que o respalda, bem como prestações de contas parciais e total, que informam as condições de aplicação de recursos de forma bastante clara e precisa. Relativamente à divulgação de informações sobre os resultados dos projetos, esclareceu que, por causa do período de transição, a comunicação do Procel ficou prejudicada, mas que já existem planos para se retomar e aprimorar a divulgação dos resultados.

A Sra. Juliana Tadeu destacou que o Procel tem um elevado grau de rastreabilidade dos projetos implementados, e reforçou o caráter excepcional do 4º PAR, por causa da transição do Programa entre as empresas.

#### **4. DELIBERAÇÃO SOBRE PROJETOS**

##### **A. FUNDO GARANTIDOR DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - FGENERGIA**

A Sra. Cláudia Noel, representante do BNDES convidada pelo Procel, apresentou o Fundo Garantidor de Eficiência Energética – FGenergia, recordando a missão principal do fundo, de garantir investimentos em eficiência energética para pequenas e médias empresas no Brasil, visando não apenas aumentar sua competitividade, mas também reduzir as emissões de carbono. A Sra. Cláudia informou sobre a proposta de integração operacional do FGenergia com o BNDES FGI, visando ampliar a escala de abrangência do FGenergia. Explicou que o FGI é um outro produto de crédito operado pelo BNDES, que tem maior capilaridade nacional, uma vez que tem 30 (trinta) instituições financeiras cadastradas (enquanto o FGenergia tem apenas 6 (seis) bancos cadastrados), bem como atende a diversos tipos de investimentos por micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), e não apenas investimentos em eficiência energética. Esclareceu que, na proposta de associação operacional do FGenergia com o FGI, não haveria nenhum tipo de fusão patrimonial, apenas o acesso às garantias do FGenergia seria feita por meio das instituições cadastradas para operar o FGI, e nesse caso, o FGenergia custaria os encargos administrativos do FGI para que o tomador do crédito para investimento em eficiência energética possa acessar as garantias via FGI, mas mantendo todo o monitoramento necessário definido na operação do FGenergia, modelo no qual, o FGenergia acaba se isolando de possíveis inadimplências.

A Sra. Juliana Tadeu apresentou outros detalhes da proposta de alteração da operação do FGenergia, que incluía três medidas principais:

- 1) Permitir a outorga de garantias a agentes financeiros e o uso dos recursos para custeio do encargo por concessão de garantia (ECG) do FGI em operações de crédito para projetos e ações de eficiência energética para MPMEs, por meio de questionário;
- 2) Permitir o financiamento de equipamentos com Selo Procel ou da lista de equipamentos mais eficientes credenciados pelo BNDES, com a adição de um percentual de 30% de capital de giro associado a essa aquisição.
- 3) Permitir a dispensa do relatório final de eficiência energética para créditos de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), visando reduzir o custo de transação em apoio a projetos de menor porte.

Após uma sessão de esclarecimentos a dúvidas dos membros, a proposta foi colocada em deliberação. Os membros do CGEE aprovaram as medidas propostas com algumas modificações:

- 1) Decidiu-se incluir questões sobre capital de giro no formulário inicial do item 2;
- 2) Estabeleceu-se que para créditos de até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) será exigido um relatório final simplificado de eficiência energética;
- 3) Definiu-se que será avaliada a efetividade das medidas após 12 meses do início da operação, podendo ser revisadas as medidas aprovadas neste momento.

## **B. CHAMADA PÚBLICA CASA GENIAL**

O Sr. George Soares apresentou a proposta de alteração do Projeto Concurso Casa Genial. Informou que o objetivo do projeto é promover uma chamada pública para projetos de implementação de espaço educativo em espaços culturais, apresentando área de exposição, demonstração e experimentação, de forma interativa, incluindo tecnologias de eficiência energética e energias renováveis. Recordou que na 24ª Reunião do CGEE, os recursos destinados a este projeto foram readequados, passando de R\$ 4.480.000,00 (quatro milhões quatrocentos e oitenta mil reais) para R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sem alteração do escopo do projeto. Mencionou que estão sendo definidos os critérios para pontuação dos candidatos e que ainda haverá a apresentação dos critérios ao MME. Somente após o consenso em relação aos critérios serão elaborados os documentos técnicos necessários ao início da seleção (minutas de nota técnica, edital e termos de cooperação técnica). Indicou então que a proposta de alteração trazida para deliberação consistia em autorizar que os R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) destinados ao projeto sejam distribuídos em R\$ 3.000.000,00 (três milhões) para cada uma das cinco regiões brasileiras, a fim de promover uma distribuição equânime dos recursos financeiros pelas cinco regiões geográficas do país e aumentar o número de espaços educativos financiados, com melhor distribuição regional.

Após esclarecimentos, a proposta foi colocada em deliberação. Os membros do CGEE aprovaram a alteração por unanimidade.

## **C. EMPRÉSTIMO COLETIVO PARA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

O Sr. George apresentou resumidamente a proposta do Projeto Empréstimo Coletivo para Eficiência Energética, aprovado no 4º PAR. Explicou que se trata da criação de uma plataforma de empréstimo coletivo para projetos de eficiência energética, que tem dois benefícios principais: a alavancagem dos recursos captados, junto ao setor privado; e a promoção do tema da eficiência energética perante o público de investimento ESG. Recordou que, na 24ª Reunião do CGEE foi aprovado o aumento nos recursos, que passaram de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), bem como a extensão do prazo, de 24 para 48 meses. Informou que, durante as reuniões de alinhamento, no entanto, surgiu a preocupação de atingir a meta de captar recursos na proporção de um para um, conforme originalmente proposto, pelo fato de que, com o aumento do valor, estimou-se que o investimento necessário para a captação

com o setor privado poderia chegar a cerca de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Assim, o Sr. George indicou que a proposta de alteração ao projeto inicial é permitir que para cada real investido pelo Procel, o captado pelos investidores seja de no mínimo 0,5, podendo chegar a valores maiores. Assim, dar-se-ia maior segurança à instituição implementadora para o alcance das metas definidas no projeto.

Após esclarecimentos, a proposta foi colocada em deliberação. Os membros do CGEE aprovaram a alteração por unanimidade.

## **5. ENCERRAMENTO**

Devido ao horário avançado, o Sr. Gustavo propôs que fosse agendada uma reunião extraordinária do Comitê para tratar da apresentação pela ENBPar das atividades do Procel e do andamento dos projetos. Os membros concordaram que a reunião extraordinária fosse realizada no dia 20 de março de 2024.

O Sr. Gustavo agradeceu então a presença de todos e encerrou a reunião.